



# Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ: 33.894.445/0001-11  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - São Paulo - SP  
Ouvidor: 0800-7700-668

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Apresentamos as demonstrações financeiras da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., correspondentes às atividades desenvolvidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade apresentou lucro de R\$ 8.537. O patrimônio líquido atingiu R\$ 99.205 ao final do exercício.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2023

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>557</b>	<b>92.565</b>
Disponibilidades	4	350	236
Instrumentos Financeiros		91.862	91.862
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	207	467
Outros ativos	7.a	207	467
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>124.277</b>	<b>28.155</b>
Instrumentos Financeiros		97.762	—
Títulos e valores mobiliários	6	97.762	—
Outros ativos	7.a	67	240
<b>Créditos Tributários</b>		<b>67</b>	<b>240</b>
Devedores por depósitos em garantia	8.b	9.297	12.095
Fiscais	10.a	17.148	15.811
Trabalhistas	10.b.iii	4.292	4.281
Outros		634	723
Imobilizado de uso		3	3
<b>Total do Ativo</b>		<b>124.834</b>	<b>120.720</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	(Em milhares de Reais)			
	Capital Social	Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	100.000	—	(8.342)	91.658
Prejuízo do exercício	—	—	(98)	(98)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>100.000</b>	<b>—</b>	<b>(9.330)</b>	<b>90.670</b>
Outros eventos:				
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/ Venda	—	(2)	—	(2)
Lucro líquido do exercício	—	—	8.537	8.537
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>100.000</b>	<b>(2)</b>	<b>(793)</b>	<b>99.205</b>
Saldos em 1º de julho de 2022	100.000	—	(5.596)	94.404
Outros eventos:				
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/ Venda	—	(2)	—	(2)
Lucro líquido do semestre	—	—	4.803	4.803
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>100.000</b>	<b>(2)</b>	<b>(793)</b>	<b>99.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

### 1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade") é subsidiária integral do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco"), controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. A Administração permanece avaliando suas estratégias de negócios e condições de mercado de forma a buscar rentabilidade e eficiência, com o controle efetivo de custos. Atualmente, decidiu-se em manter suas credenciais ativas e estruturas mínimas de capital e operacional, de modo a permitir uma eventual retomada das suas atividades no futuro próximo.

### 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) **Apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 13.02.2023. A Resolução CMN nº 4818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revoçou a Circular Bacom nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da demonstração do resultado abrangente e a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (vide nota 3.7); as alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido. b) **Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade:** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN: a) Resolução nº 4924/21 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R11)), b) Resolução nº 4818/20 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), c) Resolução nº 4818/20 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R11)), d) Resolução nº 3823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), e) Resolução nº 4818/20 - Eventos Subsequentes (CPC 24), f) Resolução nº 3889/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1)), g) Resolução 4924/21 - Evidenciação de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), h) Resolução nº 4924/21 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R2)), i) Resolução nº 4877/20 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), j) Resolução nº 4524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), k) Resolução nº 4534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), l) Resolução nº 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27), m) Resolução nº 4818/20 - Redução do Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)), e n) Resolução nº 4924/21 - Mensuração de valores mobiliários adquiridos para formação de carteira. A Resolução CMN nº 4966/22 estabeleceu novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, bem como sobre a contabilidade de hedge por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e de outros normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estão previstas no Plano de Implementação do Banco, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 29.12.2022. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda dependente de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. A Administração está acompanhando o processo de adoção da referida norma e os impactos nas demonstrações contábeis serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

### 3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência. b. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo são demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado. c. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e, se classificam em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3068 (vide nota n° 6): b.1) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; b.2) Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e b.3) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período. d. Redução do valor recuperável (impairment) - é reconhecida uma perda por impairment se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. e. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base pro rata) e cambiais incorridos, quando aplicável. f. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 10), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo: **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. g. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alquotas de 15% mais adicional de 10%, 15% até 31.07.2022 (16% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação aplicável a cada encargo (vide nota n° 8 "a" para IRPJ e CSLL). A alíquota da CSLL, para as sociedades corretoras, foi elevada de 15%, para 16% com vigência de 01.08.2022 a 31.12.2022, nos termos da Medida Provisória nº 1115 de 28.04.2022, convertida em Lei nº 14.446 de 02/09/2022. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide

### DIRETORIA

Alan do Amaral Fernandes

Carlos José Caetano Guzzo

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<b>Passivo Circulante</b>		<b>1.964</b>	<b>2.557</b>
Outros passivos	7.b	1.964	679
Impostos e contribuições a recolher		1.922	1.743
Negociação e intermediação de valores		42	135
Diversas		92	173
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>23.665</b>	<b>27.493</b>
Obrigações Fiscais Diferidas	8.b	1.885	1.548
Provisões para riscos		21.780	25.945
Fiscais	10.a	12.209	10.781
Trabalhistas	10.b.iii	9.571	14.576
Outros		588	588
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>99.205</b>	<b>90.670</b>
Capital - De domiciliados no País	9.a	100.000	100.000
Ajustes de avaliação patrimonial		(2)	—
Prejuízos acumulados		(793)	(9.330)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>124.834</b>	<b>120.720</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

nota n° 8 "b"). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. h. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc. As principais estimativas envolvem cálculos de provisões para contingências e de realizações dos ativos fiscais diferidos líquidos dos passivos diferidos. Essas estimativas são revisadas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. I. O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizadas nas datas das Demonstrações Financeiras. j. A Resolução BCB nº 2 de 27.11.2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciadas na nota explicativa n° 13.

### 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. Na data do balanço, o caixa e equivalentes de caixa compreendem Disponibilidades R\$ 350 (31.12.2021 R\$ 236).

### 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31.12.2022 não havia operações em aplicações interfinanceiras de liquidez em aberto. Com relação a 31.12.2021 apresentavam o montante de R\$ 91.862 com prazo de vencimento até julho/2022, representados por certificados de depósitos interbancários com rendimento de 100% do CDI.

### 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Na data do balanço a carteira era composta por Letra Financeira do Tesouro cujo valor justo totalizava R\$ 97.762 (31.12.2021 R\$ zero) e o valor de custo de R\$ 97.765 (31.12.2021 R\$ zero), classificados na categoria "Disponíveis para Venda", com prazo de vencimento em março/2024. O ajuste negativo entre o valor justo e o valor de custo no montante de R\$ 3 (31.12.2021 R\$ zero) foi registrado em conta de patrimônio líquido, líquido dos tributos. O valor justo dos títulos em carteira baseia-se em cotações de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor justo de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

### 7) OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a. **Outros Ativos: a.1) Circulante:** composto por adiantamentos e pagamentos a ressarir R\$ zero (31.12.2021 R\$ 86), devedores diversos no país R\$ zero (31.12.2021 R\$ 201) e despesa antecipada R\$ 207 (31.12.2021 R\$ 180), a.2) **Não Circulante:** composto por despesas antecipadas R\$ 67 (31.12.2021 R\$ 240), b. **Outros Passivos (Circulante):** composto por impostos e contribuições a recolher R\$ 1.922 (31.12.2021 R\$ 679), Negociação e Intermediação de Valores R\$ zero (31.12.2021 R\$ 1.743) e provisão para pagamentos de despesas administrativas R\$ 42 (31.12.2021 R\$ 134).

### 8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2022		31.12.2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>14.174</b>	<b>14.174</b>	<b>(2.120)</b>	<b>(2.120)</b>
<b>Adições (Exclusões) Permanentes e Temporárias</b>	<b>(5.034)</b>	<b>(5.034)</b>	<b>5.040</b>	<b>5.040</b>
- Despesas não dedutíveis	66	66	16	16
- Provisões Indedutíveis	(5.100)	(5.100)	5.024	5.024
<b>Base de cálculo antes da compensação</b>	<b>9.140</b>	<b>9.140</b>	<b>2.920</b>	<b>2.920</b>
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(2.742)	(2.742)	(876)	(876)
<b>Base de cálculo dos encargos</b>	<b>6.398</b>	<b>6.398</b>	<b>2.044</b>	<b>2.044</b>
Total dos encargos devidos no período	(1.509)	(991)	(475)	(379)
Provisão para riscos fiscais	4.136	4.136	1.316	789
(Constituição)/Reversão de impostos diferidos	(211)	(226)	74	(45)
<b>I. Renda e C. Social debitados ao Resultado</b>	<b>(3.470)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>767</b>	<b>365</b>
<b>Créditos Tributários e provisões diferidas</b>				
Prejuízo fiscal de IRPJ	935	—	(685)	250
Base negativa de CSLL	728	—	(411)	317
Provisão para riscos fiscais	4.136	572	4.485	4.885
Provisão para passivos trabalhistas	5.830	—	(2.002)	3.828
Provisão para riscos de crédito	235	—	(235)	—
Outros créditos tributários	54	39	(76)	17
<b>Total Créditos Tributários</b>	<b>12.095</b>	<b>611</b>	<b>(3.409)</b>	<b>9.297</b>
Atualização dos depósitos judiciais	(1.548)	(337)	—	(1.885)
<b>Total Passivos diferidos</b>	<b>(1.548)</b>	<b>(337)</b>	<b>—</b>	<b>(1.885)</b>
<b>Total Posição líquida e variação em 31.12.2022</b>	<b>10.547</b>	<b>274</b>	<b>(3.409)</b>	<b>7.412</b>

o saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 7.412 (31.12.2021 R\$ 10.547) representando 7,47% (31.12.2021 11,63%) do patrimônio líquido final. A. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 9.297 (31.12.2021 R\$ 12.095) representando 9,37% (31.12.2021 13,34%) do patrimônio líquido final. B. As obrigações fiscais diferidas de R\$ 1.885 (31.12.2021 R\$ 1.548) foram calculadas sobre a receita não tributável de atualização dos depósitos judiciais. A constituição de créditos tributários está em consonância com o artigo 4º da Resolução CMN nº 4842 de 30.07.2020, que leva em consideração o histórico de lucro tributável comprovado em pelo menos três dos últimos cinco exercícios e a expectativa de geração de lucro em períodos subsequentes e correspondentes obrigações fiscais que permitam a realização desses créditos tributários no prazo máximo de dez anos, amparada por estudo técnico. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não havia créditos tributários não ativados. O valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações diferidas, calculados com base na taxa Selic, montou em R\$ 5.583 (31.12.2021 R\$ 9.454). A Administração estima que a realização desses créditos tributários e a exigibilidade das obrigações diferidas ocorrerá em até 3 anos na seguinte proporção: 20% - 14,8%, 2024 - 24,9% e 2025 - 60,3%.

### 9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** em 31.12.2022 e 31.12.2021 o capital social de R\$ 100.000 está representado por 25.338.410 ações nominativas, está dividido em 12.809.890 ações ordinárias e 12.528.520 ações preferenciais, sem valor nominal. b) **Dividendos:** o Estatuto Social prevê dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 20 da Lei das Sociedades Anônimas. As ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

10) **PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Sociedade, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. a. **Obrigações Legais:** as obrigações legais referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, representadas pelo recolhimento das contribuições ao PIS e a COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indeferido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 12.209 (31.12.2021 R\$ 10.781) e R\$ 12.160 (31.12.2021 R\$ 10.751), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC. Em 31.12.2021 a provisão totalizava R\$ 10.781, sendo complementada no decorrer do exercício por novas obrigações R\$ 585 (2021 R\$ 182) e atualização R\$ 843 (2021 R\$ 297), atingindo o saldo final de R\$ 12.209 cujo montante ampara integralmente o risco decorrente dessas obrigações. b. **Passivos Contingentes:** a Sociedade possui as seguintes contingências fiscais, previdenciárias e trabalhistas em discussão nas esferas administrativa e judicial, as quais foram avaliadas pelos nossos assessores legais como "perda provável": I) cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP R\$ 46.937 (31.12.2021 R\$ 44.520); II) cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP R\$ 42.680 (31.12.2021 R\$ 41.047); e III) outras contingências de natureza fiscal R\$ 491 (31.12.2021 R\$ 447) que se discute a adequação compensação de créditos fiscais e a dedutibilidade de despesas nas bases de cálculo da CSLL e do IRPJ do ano base 2006 e trabalhista cuja perda máxima atribuída pelos nossos assessores legais totalizava R\$ 8.160 (31.12.2021 R\$ 14.101). A Sociedade também possui contingências de natureza trabalhista avaliadas como "perda provável" cujos processos aguardam a homologação dos valores e a execução final, sendo estimada a perda de R\$ 4.187 (31.12.2021 R\$ 6.798).

(Em milhares de Reais)

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Administração

	(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo do semestre/exercício por ação)		
	Nota	2º semestre 2022	31 de dezembro 2022
<b>Receitas da Intermediação financeira</b>		<b>6.121</b>	<b>10.936</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.121	10.936
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.850</b>	<b>3.238</b>
Outras receitas/(despesas) operacionais		6.121	3.238
Outras despesas administrativas	14 d	(307)	(674)
Despesas tributárias - Fiscais	14 e	—	(61)
Provisão para riscos - Fiscais	14 f	(287)	(585)
Reversão/(Constituição) Provisão para riscos - Trabalhista	10.b.iii	2.387	2.387
Outras receitas operacionais	14 g	57	2.237
Outras despesas operacionais	14 g	—	(66)
<b>Resultado operacional</b>		<b>7.971</b>	<b>14.174</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>7.971</b>	<b>14.174</b>
Imposto de renda e contribuição social	8 a	(3.168)	(5.637)
Impostos diferidos		(1.579)	(2.600)
Outros diferidos		(1.589)	(3.137)
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do semestre/exercício</b>		<b>4.803</b>	<b>8.537</b>
<b>Número de ações</b>	9 a	<b>25.338.410</b>	<b>25.338.410</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) por ações em R\$</b>		<b>0,19</b>	<b>0,34</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)